

**GT 22 – Educação Ambiental****O DISCURSO PROFERIDO PELA COMISSÃO BRASILEIRA NA CONFERÊNCIA  
DE ESTOCOLMO E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Rubênia Pereira Magalhães – UESB<sup>1</sup>  
Luiz Artur dos Santos Cestari - UESB<sup>2</sup>

**INTRODUÇÃO**

A história ambiental brasileira é uma história marcada por conflitos, e que se constituiu de forma predatória e selvagem, desde o seu início, quando os Portugueses chegaram devastando grandes áreas de mata nativa, o país deixou de ser uma colônia, se constituiu como uma democracia e, ainda assim, a devastação não parou ao longo da história.

O Brasil possui grandes riquezas naturais, tem a maior floresta do mundo, concentra grande parte das bacias hidrográficas, mas os nossos governantes não souberam administrar esses recursos. Diante dos registros que foram feitos de nossa história, temos a convicção de que a política brasileira teve grande influência no processo de desenvolvimento predatório de nossos recursos.

Podemos citar, por exemplo, quando o ex-presidente Juscelino Kubitschek, motivado pelo desejo de progresso e desenvolvimento que tinha como meta avançar “50 anos

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Doutor em Educação, professor Adjunto da UESB e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Financiamento FAPESB/UESB.

em 5”, abriu as fronteiras do Brasil para indústrias internacionais com benefícios de não se adequarem às exigências que tinham os outros países em relação à instalação de equipamentos antipoluentes. Este discurso paradoxalmente contribuiu para o progresso e para a destruição de muitas áreas que deveriam ser preservadas ou conservadas, como por exemplo a construção das linhas Transamazônicas.

Essa ideologia de progresso e desenvolvimento continuou nas administrações posteriores, mas foi durante o regime militar sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) que muitos desdobramentos significativos emergiram em prol dos movimentos ambientalistas. A administração neste período teve grandes conquistas em termos de desenvolvimento, mas ao participar da Conferência de Estocolmo, a delegação brasileira pronunciou um discurso que marcou a nossa história.

Era um momento em que muitos países estavam preocupados com o resultado do Relatório de Meadows, Os limites do Crescimento, que tinha sido publicado no ano de 1972, pelo Clube de Roma, e a partir de então, a meta era diminuir o impacto sobre o meio ambiente. Mas, quando a Delegação que representava o Brasil naquele momento foi convidada a firmar o compromisso para com o meio ambiente, movidos pelo regime militar e com o desejo de desenvolvimento, foi pronunciado o seguinte: “que venha a poluição, nós queremos é nos desenvolvermos” isso porque, segundo a Delegação, as preocupações em defesa do meio ambiente, partiam dos países desenvolvidos que queriam impedir que outros países também se desenvolvessem. (VIOLA, 1987)

Dessa forma, diante dos acontecimentos explicitados na literatura brasileira, surgiu o interesse em compreender de que maneira, o discurso proferido pela delegação brasileira, que representou o Brasil na Conferência de Estocolmo, contribuiu para o desenvolvimento do país, e conseqüentemente para a constituição dos movimentos ambientalistas brasileiros em defesa do meio ambiente.

Isso porque, nos últimos tempos temos visto emergir no campo educacional brasileiro, diversas pesquisas que abordam a história da temática “Ambiental” desvinculada dos **movimentos ambientalistas**, além do mais, muitos desses trabalhos apresentam a história ambiental, apenas, tomando como base as Conferências, deixando de mencionar sobre a participação e contribuição da sociedade civil através de envolvimento nos movimentos, cujo, o principal objetivo era a preservação e conservação do meio ambiente.

O trabalho será desenvolvido da seguinte forma: inicialmente faremos uma análise do discurso da Delegação que representou o Brasil na Conferência de Estocolmo e seus desdobramentos, de acordo com a teoria de Michel Foucault, abordaremos o contexto que emergiu os movimentos ecológicos e, na sequência discutiremos como se deu a história dos movimentos ecológicos no Brasil e por fim faremos nossas conclusões.

## **ANÁLISE DO DISCURSO PROFERIDO PELA DELEGAÇÃO BRASILEIRA NA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO**

Analisar determinado discurso sem emitir juízo de valor antes de compreender o contexto, não é fácil. Ao buscar esse entendimento, nos deparamos com questões que até então nos pareciam ocultas, aos nossos olhos, principalmente, quando vemos em falas de alguns professores, a forma como é visto a recusa do discurso da Delegação brasileira na Conferência de Estocolmo, isso porque, os representantes do Brasil, no momento da convocação para firmar compromisso com o meio, proferiram o discurso “que venha a poluição, nós queremos é nos desenvolvermos”. Muitos defensores do meio ambiente, acreditam que eles foram inconsequentes ao proferirem tal discurso.

A nossa intenção neste trabalho não é defender a postura da Delegação, mais sim, analisar o efeito do discurso e seus desdobramentos para a constituição dos movimentos ambientalistas do Brasil com base na teoria do discurso de Michel Foucault.

Assim, a primeira questão a ser levada em consideração é que não podemos dizer qualquer coisa em qualquer lugar, assim o local onde aconteceu o encontro das delegações, foi permitido que fosse dito o que foi dito, visto que, como os discursos são controlados e ninguém pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar. (FOUCAULT, 1970).

A segunda questão se refere a quais condições possibilitam a emergência de um discurso em determinado lugar em detrimento a muitos outros que também poderiam ter emergido? Antes de qualquer coisa, precisamos nos atentar para a real intenção do autor, que é analisar, simplesmente as coisas ditas, deixando de lado as interpretações unívocas e as representações, isso fica evidente quando Foucault afirma que gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência (1984, p.56)

Para o autor, o discurso não é apenas a representação das coisas ou das práticas é muito mais que isso. É um conjunto de práticas que possibilitam que se forme o objeto de que se falam. Dessa forma, ao propor analisar um discurso, é preciso dar conta de suas relações históricas, de suas práticas sociais, que estão presentes no discurso. E para esse discurso ganhar visibilidade, o mesmo passa pela seleção, ou seja, o jogo de poder que controlam a disseminação dos discursos, essa afirmação podemos ver através dos:

procedimentos que permitem o controle dos discursos. Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. (FOUCAULT, 1970, p.36/37)

Assim, tomemos como exemplo para análise, o discurso que foi proferido pela Delegação brasileira durante a Conferência de Estocolmo, aquele discurso tem por detrás uma série de práticas sociais que possibilitaram as condições para que o mesmo emergisse, ou seja, o Brasil naquele contexto era governado pela ditadura militar, por isso eles foram tão autoritários, além do mais, eles estavam movidos pelo desejo de progresso que foi instaurado desde o governo de Juscelino Kubitschek de avançar “50 anos em 5”.

Dessa forma, de acordo com a teoria de Foucault, podemos compreender que o discurso emerge a partir de suas positivities, os representantes do Brasil, apenas externalizaram o discurso, como um objeto que foi construído a partir das práticas sociais e das relações históricas de um povo, ou seja, foram dadas as condições para a emergência e existência daquele discurso. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (FOUCAULT, p.109, 1984).

Na citação abaixo, vemos que o discurso não pode ser uma tradução, pois:

Foucault, multiplica o sujeito. A pergunta “quem fala?” desdobra-se em muitas outras: qual o *status* do enunciador? Qual a sua competência? Em que campo de saber se insere? Qual o seu lugar institucional? Como seu papel se constitui juridicamente? Como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu? Como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele. Também cabe indagar sobre o “lugar de onde fala”, o lugar específico no interior de uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva “posição de sujeito” – suas ações concretas, basicamente como sujeito incitador e produtor de saberes. É assim que se destrói a ideia do discurso como expressão de algo, tradução de alguma coisa que estaria em outro lugar, talvez em um sujeito, algo que preexiste a própria palavra. (FISCHER, 2001, p.208)

Como podemos perceber o discurso não pode ser concebido como uma mera tradução de uma prática específica, pois o sujeito fala de diversos lugares, e em cada lugar há interações entre os discursos, nos quais podemos nos identificar e posteriormente repeti-los, por isso para Foucault há multiplicidade de discursos, mas o que vai permitir que um entre vários emergja são as suas positivities, as condições que permitiram a sua existência, sendo o sujeito apenas o enunciador.

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 1986, p. 61-2)

Assim, diante do que foi abordado a Delegação brasileira foi apenas uma portadora de um discurso que estava constituído a partir de uma ideologia dominante que foi instaurada durante o governo de Juscelino Kubitscheck e que ganhou força ao longo da ditadura, porém durante o governo do General Médici que alcançou o ápice, na qual tinha como meta avançar em termos de produção, no entanto, menos se desenvolvia, pois permitiu a devastação dos nossos bens mais preciosos, “os recursos naturais.”

## **O CONTEXTO EM QUE EMERGEM OS MOVIMENTOS ECOLÓGICOS**

Assim, diante do que foi abordado acima podemos compreender o porquê do desejo de desenvolvimento e progresso explícito no imaginário de muitos brasileiro, pois, ainda hoje, os mesmos não conseguiram desenvolver uma relação de equilíbrio com o meio, usufruindo

dos recursos naturais, porém, com responsabilidade, ou seja, atendendo a proposta do documento elaborado na Rio-92, “o desenvolvimento sustentável”. Apesar de ficarmos incomodados quando vemos algumas ações que caracterizam selvageria para com o meio, no entanto, esquecemo-nos de levar em consideração que essas práticas são ainda ranços de uma ideologia, da qual faz parte da constituição da história ambiental do Brasil.

O Brasil é um país relativamente novo, em relação a muitos, e assim como os outros, também passou e teve conflitos sociais, interesses particulares em detrimentos aos interesses coletivos. A nossa história não se constituiu de forma linear; o homem brasileiro também se viu como superior a natureza, também quis dessecar tudo ao seu redor. Santos (1999) faz uma leitura bastante interessante com relação à este momento desde a separação do homem com a natureza até o processo de mudança paradigmática, que tem no seu cerne o modelo de vida orientado pelo capitalismo selvagem e o sujeito como detentor do conhecimento.

Assim, essas mudanças de concepções se iniciam a partir da especialização do saber, pois antes havia um modelo que concebia a natureza como um objeto que tinha suas leis e fenômenos, os quais o homem não intervinha e que prevaleceu por muito tempo, no qual a natureza era vista como uma totalidade que o homem era dependente, mas após a legitimação do conhecimento concebida por Descartes, percebemos que a racionalidade moderna se encarregou desta separação. O homem a partir daí passa a ver a natureza como objeto de conhecimento.

Santos, aborda com bastante clareza com relação ao triunfo da ciência em detrimento aos demais campos da racionalidade, o homem como um ser, que se via detentor do conhecimento, elaborou um projeto para a modernidade, no entanto, o mesmo falhou. Segundo o autor, esse projeto é rico e capaz de infinitas possibilidades, e assim define dois pilares onde se assenta toda a lógica deste projeto: O pilar da regulação e o pilar da emancipação (SANTOS, 1999). No pilar da emancipação encontramos a definição em um dos princípios, onde ele concluiu que:

A racionalidade cognitivo-instrumental tem correspondência específica com o princípio do mercado, não só porque nele se condensam as ideias da individualidade e da concorrência, centrais ao desenvolvimento da ciência e da técnica, como também porque já no século XVIII são visíveis os sinais da conversão da ciência numa força produtiva. (SANTOS, 1999, p.77).

E através deste princípio, percebemos que há uma necessidade no convencimento de

todas as áreas de conhecimento pela ciência, enfatizando que a ciência é diferente de outros tipos de conhecimento, fazendo crescer a especialização do saber.

A sociedade nesse período viveu intensas contradições, pois paradoxalmente experimentou o auge da regulação e da emancipação. Para Santos essa é a explicação da falha do projeto da modernidade, as promessas ou foram cumpridas em excesso ou não foram.

É notório as consequências deste paradoxo no pilar da regulação, dentro do princípio do Estado vemos que a ineficácia do Estado frente aos seus compromissos firmados faz surgir nas sociedades o interesse pelas reivindicações nos denominados NMS (Novos Movimentos Sociais) e isso porque:

Numa situação em que o Estado parece tanto mais classista quanto mais autônomo em relação às classes, os pressupostos da lealdade caem pela base e os chamados movimentos sociais são disso mesmo sintoma eloquente. (SANTOS, 1999, p. 89)

Assim, percebemos que esse é o início da luta em prol da reivindicação num momento em que tudo apontava para uma desregulação geral em todos os campos da vida do sujeitos, e não era apenas as pessoas que pertenciam as classes menos favorecidas financeiramente que iniciaram uma luta em favor de seus direitos e isso fica claro no movimento estudantil de 1968, o qual foi também contido. A contenção deste movimento trouxe às claras uma situação bastante complicada, pois simbolizou a queda do pilar da emancipação, momento em que o desequilíbrio apontou para o pilar da regulação.

Esta situação dúplice é particularmente saliente ao nível da racionalidade cognitivo-instrumental. O compromisso industrial-militar do desenvolvimento científico-tecnológico e os perigos da proliferação nuclear e da catástrofe ecológica daí resultantes são sintomas bastantes do cumprimento excessivo e, portanto, irracional da racionalidade instrumental da modernidade. (SANTOS, 1999, p.90)

## **A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS ECOLÓGICO NO BRASIL**

Muitos ativistas brasileiros não concordavam com o modelo de administração dos militaristas nem como geriam os recursos naturais do país, além do mais, os cidadãos estavam sensibilizados com os problemas ambientais, em escala planetária. O mundo vivia na década de 70 um processo de tomada de consciência ecológica, e alguns acontecimentos foram cruciais para tal comportamento como, por exemplo, o resultado do Relatório de Meadons, O

nosso futuro em comum, a crise do petróleo, entre outros. Esses fatos contribuíram para instaurar uma nova ordem, na qual a crise do meio ambiente ganha espaço e visibilidade, vale ressaltar, que esta discussão de início alcançou apenas, uma pequena parcela da população: a mais abastada e os intelectuais, a classe popular estava preocupada em lutar a favor de seus direitos emergenciais.

Diante das reivindicações proclamadas pelos grupos sociais, percebemos que a luta a qual se busca não podem ser traduzidas em direitos típicos de cidadania e sim pela sua afirmação, ou seja, a sua identidade, como também conhecida subjetividade. Assim, cada grupo tem os seus motivos, ideais pelos os quais buscam reconhecimento.

O movimento social ecológico também surgiu como uma mobilização, no mesmo período dos demais, início da década de 80, auge de intensas reivindicações, momento que houve uma eclosão de lutas sociais, algumas com interesses específicos, como os racistas, as mulheres, os jovens e outros com interesse coletivo como movimento ecológico.

A constituição do processo dos movimentos sociais ecológicos no Brasil como movimento em defesa do meio ambiente se confunde com o processo político pela Redemocratização, pois a sociedade civil de forma estratégica estruturou o movimento a partir do contexto de democracia na política. Isso porque, já na segunda metade da década de 1970, alguns políticos insatisfeitos com o regime autoritário começam a interagir com pequenos movimentos sociais, além do mais as formas de repressão passaram a ser mais brandas. Em 1978, liberam a expressão política, outro ponto interessante acontece em 1979, quando a Anistia e o bipartidarismo propiciam a diversidade de lideranças políticas. (ALONSO, *et al*, 2001)

No Brasil predominaram duas frentes de ativistas ecológicos: a socioambientalista que via no modelo de desenvolvimento capitalista e no estilo de vida moderno, as causas dos problemas ambientais, e os conservacionistas que tinha como objetivo a preservação total da natureza, na qual o objetivo era afastar o homem do meio ambiente, pois o mesmo representava destruição. E assim, tendo esta mentalidade como meta, essas duas frentes convergiram muitos cidadãos civis em grupos ativistas ambientalistas, cujos três estados iniciam os movimentos e se destacam ao longo do tempo.

O surgimento dos movimentos sociais ecológicos serviu para denunciar o excesso de regulação nas relações de produção, embora não fossem específicas delas, mas conseguiam

ditar um novo modelo de vida, dessa forma, as lutas travadas pelos movimentos sociais serviram para denunciar o excesso de regulação que afetava a vida social e coletiva de todos, padronizando como se deve viver, descansar, trabalhar, entre outros. Assim, os movimentos sociais além de reivindicar os seus direitos põem em cheque a teoria da emancipação e o desequilíbrio entre ambas.

Santos define com bastante clareza:

As formas de opressão e de exclusão contra as quais lutam não podem, em geral, ser abolidas com a mera concessão de direitos, como é típico da cidadania; exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais. (SANTOS, 1999, p. 261)

No Rio de Janeiro em 1958, surge a FBCN- Fundação Brasileira de Conservação da Natureza. Alguns estudiosos dizem que este grupo faz parte da pré-história dos movimentos, para este grupo a relação entre o homem e a natureza deveria ser dissociado, porque a natureza deve ser preservada de qualquer ação do homem. Outro grupo que se destacou no Rio de Janeiro foi OIKOS (1982) – dissidência do APPN, o Coletivo Verde (1985) que mais tarde se tornaria o Partido Verde. (VIOLA, 1987)

Enquanto que no estado de São Paulo temos o APPN criado em 1976, o MAPE que surgiu em (1973) cujo atuação tinha como principal objetivo trazer a discussão sobre a degradação ambiental, na qual estava associada ao modo de vida causada pela expansão da sociedade do consumo, por isso eram socioambientalistas, e o outro grupo de grande atuação foi a Seiva de Ecologia (1980).

No entanto, um estado que teve grande representatividade foi o de Porto Alegre com a AGAPAN, Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural- (1971), que criticava o uso dos agrotóxicos em plantação, a destruição da fauna e da flora. Um dos grandes feitos desse grupo sob a liderança de José de Lutzenberger foi a publicação de seus livros na década de 80, em um deles, ele consegue escrever a crítica mais bem elaborada do acordo Nuclear Brasil-Alemanha, o impacto foi tão positivo na opinião pública da sociedade gaúcha, que a Assembleia Constituinte aprovou uma emenda à Constituição do Estado proibindo a construção da usina nuclear. (VIOLA, 1987)

Assim, diante dessas duas concepções que direcionavam as ações desses grupos foi a

estratégia dos socioambientalistas que conseguiu articular os interesses do grupos com o processo da redemocratização do país;

O frame socioambientalista, ao atribuir as causas dos problemas ambientais ao “modelo brasileiro de desenvolvimento” implementado pelo regime autoritário, conectou imediatamente as mobilizações ambientalistas com a campanha pela redemocratização. Esse foi o caso da Campanha em Defesa da Amazônia, no final de 1978, em oposição aos planos do governo federal de realizar contratos de exploração da Floresta Amazônica, com empresas internacionais. Liderada pela APPN, e vinculada também a Agapan e o Mape, a campanha ganhou apoio do MDB e se transformou em Movimento em Defesa do Amazônia, abrangendo 18 estados e o distrito federal. (ALONSO *et al*, 2007, p. 158/ 159)

Nesta campanha os ativistas conseguiram colocar 1,5 mil de pessoas na rua em defesa da Amazônia, com isso foi gerado uma Carta aberta a Nação Brasileira. Diante destas conquistas, percebemos uma mudança de percepção das pessoas com relação a questão ambiental e eles mostraram sua força quando também protestaram contra a Utilização de Energia Nuclear. (ALONSO, *et al*, 2007)

É inegável a contribuição e os feitos dos grupos de ativistas ambientais, cada grupo atuou de sua forma, tendo em vista a divergência de concepções que norteavam as suas atuações. E, de forma estratégica, aproveitaram o contexto da Redemocratização do país e deram visibilidades aos movimentos. Com relação à representação na arena política, eles conseguiram a articulação e criação do Partido Verde. Em 1986, conseguem lançar a candidatura do principal ativista da OIKUS e defensor da lista verde, Fábio Feldman que das 83 emendas conseguiram aprovar 3, 2 destas tratavam de reservas indígenas e a terceira proibia o uso pacífico de energia nuclear. Outro grande feito sob a liderança de Fábio Feldman foi a criação da Frente Nacional de Ação Ecológica, além do mais, ele contava com a participação da sociedade civil por meio de iniciativas populares, os abaixo assinados se mostram tão ou quanto eficiente se comparado a uma representação partidária na arena. Essa constituinte funcionou de 1987-1988.

Com a vitória de Fernando Collor de Melo em 1989 para a presidência do país, os ativistas ambientais sofrem um impacto, porque o presidente fecha as Agências estatais aos envolvidos com as mobilizações ambientalistas dos anos 80 que estavam alinhados com a esquerda. Assim, muitos grupos desaparecem e/ou se profissionalizam, ou seja, se desencantam com o espaço político.

Mas no período de organização da Conferência do Rio-92, os movimentos ambientalistas se veem diante de uma situação complicada, visto que as suas concepções de grupos não se adequam com a agenda da Conferência.

Durante os preparativos para a Rio-92, as coalizões formadas na Constituinte tentaram uma nova articulação nacional dos movimentos. A Frente Nacional de Ação Ecológica, liderada pela a SOS, Mata Atlântica, rearticulou grupos conservacionistas, enquanto o PV formou o Movimento Pró- Rio-92, de feições socioambientais, incluindo membros do PT, grupos comunitários locais, movimentos sociais populares e, mesmo, setores do empresariado. (ALONSO, *et al*, 2007,p.164)

E esse momento foi delicado, visto que não bastava juntar os conservacionistas e os socioambientalistas, os grupos tiveram que rever seus conceitos e adaptá-los para uma nova maneira de definir a questão ambiental: Desenvolvimento Sustentável.

De uma parte, o frame socioambientalistas foi matizado movendo em direção ao conservacionismo. De fato, a noção de desenvolvimento sustentável compatibilizou a defesa simultânea de proteção ambiental e de desenvolvimento socioeconômico, visando, a redistribuição dos recursos naturais.

De outra parte, o frame conservacionista foi redefinido com a substituição da noção de ecossistema pela de biodiversidade. Por meio dela, a proteção do habitat foi dilatada para incluir grupos sociais com interação com áreas florestais, desde que, com estilos de vida de “baixo impacto ambiental”. (ALONSO, *et al*,2007, 164-165)

Essas novas orientações para atender a proposta da Conferência da Rio 92, não significou a predominância dos ativistas que faziam parte dos socioambientalistas, pelo contrário essa conferência foi bastante significativa para aquele contexto, pois muitos ambientalistas tinham perdido seu engajamento, no entanto, para atender a agenda da ONU, os grupos se reorganizaram, convergiram forças e interesses para um só objetivo.

E assim, para atender à essas propostas os grupos tiveram que mudar o estilo de vida e as questões políticas foram abandonadas. Os ativistas ambientalistas se constituíram como movimentos ambientais, passando a ter uma estrutura descentralizada e institucionalizada. Surgindo, assim, diante das novas concepções de mobilizações o neoconservacionismo, que se materializou na agenda 21, documento resultante da Rio 92.

De acordo com a discussão de Foucault, vemos emergir a partir do discurso que foi proferido pela Delegação brasileira condições de possibilidades para outras formações discursivas, uma vez que podemos definir este termo, como sendo:

um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciado, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 1984, p.82)

Assim, podemos concluir que os efeitos daquele discurso teve vários desdobramentos, constituindo outras formações discursivas que emergiu como um objeto que se formou a partir de uma prática de um sujeito, que naquele contexto teve impacto e relevância e ficou conhecido como o discurso do Desenvolvimento Sustentável, que é a interação do homem com a natureza. A discussão que surgiu a partir da Conferência de Estocolmo foi, a de que, o homem pode utilizar os recursos naturais, desde que tenha compromisso de pensar nas futuras geração, ao analisar o discurso da delegação que representou o Brasil na Conferência de Estocolmo, vemos que foi de grande relevância para compreender que o discurso não é do sujeito, que nesse caso se refere a Delegação, ela apenas foi a enunciativa.

## CONCLUSÃO

Tentar relatar a história de qualquer objeto/assunto/período não é tarefa fácil, diante dos poucos registros encontrados na literatura brasileira, principalmente, com relação a conflitos que ocorreram durante o período do regime militar. As principais observações que foram consideradas no presente trabalho, tiveram como foco mostrar que o discurso surge a partir da prática de um sujeito. O discurso que foi proferido na Conferência de Estocolmo representou o contexto em que no Brasil estava vivenciando, a ideologia de desenvolvimento/progresso instaurada desde o governo de Juscelino Kubitscheck.

Diante dos relatos explicitados acima vemos que a participação desses movimentos fazem parte da história ambiental do Brasil, visto que, as realizações em muitos momentos foram até heroicas. Através da leitura de Santos (1999) vemos que os movimentos ambientais surgem a partir do contexto de repressão (ditadura militar no Brasil) no qual Santos define como sendo um princípio de regulação do Estado e em contrapartida a busca pela emancipação demanda pela sociedade civil, surgindo um desequilíbrio em ambas partes.

A sociedade naquele contexto busca direitos emergenciais, reivindicação de direitos pós materialistas, onde cada grupo luta pelo seus interesses, seus ideias, ou seja, sua identidade, esse é o contexto que surge os novos movimentos sociais, do qual faz parte o movimento social ambiental.

Assim, levando em consideração tudo que foi abordado podemos compreender a importância não só das Conferências, mas também, das atuações dos movimentos ambientais no processo de conscientização para o cuidado com o meio. Isso porque, quando analisamos o efeito do discurso proferido pela Delegação brasileira durante a Conferência de Estocolmo percebemos que foi de extrema importância para a questão ambiental e social, pois os países desenvolvidos queriam apenas tratar de limitação dos recursos naturais, e enquanto que os países em desenvolvimento, externalizado pela delegação brasileira apontou a necessidade de não criar barreiras para o desenvolvimento, trazendo para a discussão de modo implícito que homem-natureza não eram dois polos distintos e, que não é possível esta separação.

Assim, houve a necessidade de repensar a relação do homem com a natureza. Mas, como a Conferência de Estocolmo, que a princípio tinha como objetivo apenas a discussão ambiental ficou para a pauta das Conferências posteriores a necessidade de inserir o social, o ambiental e o econômico, surgindo *a posteriori* o conceito de Desenvolvimento sustentável. Os envolvidos conseguiram de maneira estratégica tanto a mobilização ambiental, quanto o processo pela Redemocratização. Esses movimentos ambientais conseguiram grandes feitos pelo nosso país, conseguiu despertar a tomada de consciência para com o meio, uns com a visão romântica de preservação total outros apontam o crescimento desenfreado, o consumo exagerado como fator de destruição ambiental, mas de um ângulo ou de outro ambas as frentes demonstram cuidado para com os nossos recursos naturais.

Temos, ainda um grande desafio que é usufruir dos nossos bens naturais de modo sustentável, como aponta o documento resultado da Rio 92, de maneira consciente para que nossas futuras gerações possam também se beneficiar.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, *et al.* **Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro.** Angela Alonso, Valeriano Costa e Debora Maciel. In Revista Novos Estudos – CEBBRAP 79, novembro 2007, pp. 151-167
- FISCHER, R, M, B. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Caderno de Pesquisa, n. 114, p.197-223, novembro / 2001.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**, aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio.
- \_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber.** Michel Foucault, 1984. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. – 6.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade** / Boaventura de Souza Santos. – 5. Ed - São Paulo: Cortez, 1999.
- VIOLA, J, Eduardo. **Movimento ecológico no Brasil (1974-1987): Do ambientalismo à ecopolítica**, 1987. Disponível em //http:www.googleacademico.com, acessado em 25/08/2013 às 10:00.